

Delfim prepara novo pacote econômico

Ainda não se sabe o que vai mudar. Mas uma coisa é certa: a taxa cambial também será expurgada.

Um novo pacote econômico poderá ser baixado quarta-feira. Esta hipótese foi admitida e logo depois negada pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Ele confirmou, contudo, que a correção cambial a partir deste mês também sofrerá o expurgo das acidentalidades, com a decisão do governo de impedir a divulgação da inflação real, a partir de agora. Trata-se de mais uma promessa oficial que não é cumprida: ao instituírem os expurgos há três meses, os ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas garantiram que se tratava de medida de curta duração, não se cogitando, pois, de esconder os números verdadeiros da inflação.

— Como vai ser esse pacote?

— Não posso — respondeu Pastore — adiantar nenhuma informação por enquanto, porque ainda está em fase final de elaboração.

Logo depois, corrigiu: "Não há nenhum pacote. O que há são revisões dos orçamentos fiscal e monetário que, na verdade, têm de ser submetido ao Conselho Monetário Nacional, porque foi ele que aprovou as metas originais".

Embora os ministros tenham afirmado que, a partir deste mês, a correção monetária não sofreria expurgo e refletiria a inflação real, conforme entendeu até o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen, Ikeda negou o fato.

— O ministro Delfim nunca disse que a correção monetária seria igual à inflação real. Ele disse que, depois deste problema de expurgo, a correção monetária e a correção cambial teriam o mesmo valor. A correção monetária é instrumento de política e, como tal, você pode tomar como base alguns parâmetros, mas nunca se pode fixar no parâmetro. A correção monetária apenas toma como base os índices de inflação — observou Ikeda.

"Inflação do chuchu"

Acima das promessas ministeriais, prevalecem as normas da Resolução nº 841, determina os expurgos. Como a FGV só divulgará uma única taxa mensal de inflação, expurgada das acidentalidades, as correções cambial e monetária passarão a ter o mesmo ritmo.

"É pura e simplesmente não repassar para o câmbio coisas que nada têm a ver com o câmbio", observou o presidente do Banco Central. Segundo ele, não se trata de mudar a política cambial: "O câmbio vai seguir o índice de preços, a ser corrigido pela acidentalidade. Será uma inflação corrigida, não expurgada. Corrigida por esse tipo de acidentalidade que são variações normais de preços, que nada têm a ver com o preço transacionado no mercado internacional".

Pastore condenou veementemente o conceito de inflação expurgada: "Não é um expurgo. O que está-se fazendo é uma correção de acidentalidade do índice. Na medida em que subir o preço do chuchu, isso não entra na correção cambial. É isso que está estritamente sendo feito com a nova sistemática da Fundação Getúlio Vargas de tirar a acidentalidade do índice de preço".

A reafirmação do expurgo na correção monetária não visa a reduzir o serviços e, em consequência, o crescimento da dívida pública interna. Para isto, o instrumento adequado é o controle do dispêndio do governo.

Para reduzir o déficit público real a zero em 1984, o chefe da assessoria econômica do Planejamento garantiu, com base "nos dados preliminares" disponíveis, que não serão necessárias novas medidas restritivas: "O déficit público real cairá de 6% em 1982 para 2,7% este ano e esta taxa de expansão real tende a ser zero, sem a necessidade de novas restrições".

Contas externas

Akihiro Ikeda disse que o déficit do balanço de pagamentos no próximo ano deverá ficar em torno de US\$ 6,5 bilhões. Com base neste número, as autoridades passarão a solicitar recursos aos banqueiros. "Naturalmente, vamos pedir o máximo e os banqueiros vão querer dar o mínimo. Definidos os valores, os banqueiros vão pretender emprestar uma pequena parte e estimular os governos a emprestar a maior parte. Tudo isto é uma negociação difícil, que não pode ser concluída numa semana ou em poucos dias."